

NOME	INSCRIÇÃO	RG	CLAS
PATRICIA ALVES BITENCOURT	810024289	1485085535	129º
MARCIO CARNEIRO SANTOS	810026075	939568276	130º
MILENA SOARES DOS SANTOS	810010849	573029440	131º
MARCELO SILVA DOS SANTOS	810030782	1137753935	132º
ANDREZA CONCEIÇÃO ANDRADE	810001329	1456660349	133º
MARIA TAIS CHAGAS SANTOS	810024371	1320949916	134º
JOMAR FLORES DOS SANTOS	810018843	641227949	135º
MIRELA ROSA DE SOUZA PITA	810012176	1374943860	136º
ANA PAULA BATISTA COELHO	810004101	1449671624	137º
VALDINEI MATOS DE JESUS	810018844	847554821	138º
TALITA SANTOS SILVA	810002720	1620453100	139º
ALAN DE JESUS ALVES DOS SANTOS	810026523	1521154941	140º
CARLA LUANA DE JESUS SANTOS	810027338	1465884440	141º
CAROLINE MENEZES DA SILVA MATOS	810041137	1289867607	142º
LUCAS BRANDÃO DE SOUZA DALTRO	810031608	1365086771	143º
ANTONIO MÁRIO SANTOS DE SOUZA	810037260	356276627	144º
DÉBORA ARAÚJO OLIVEIRA	810013975	1212472799	145º

CANDIDATOS QUE SE DECLARARAM PESSOA COM DEFICIÊNCIA

NOME	INSCRIÇÃO	RG	CLAS
GABRIELA HARUE BRUNO	810002058	784248877	1º
JOSE CARLOS SANTANA DE JESUS	810018835	702445371	2º
LICIA MARIA BASTOS DE CARVALHO	810031201	65872916	3º
MANOEL MARTINS DA SILVA	810013140	1579112501	4º
RODRIGO SILVA SOARES FERREIRA	810040824	1339754363	5º
VALDIRENE CORREIA DO ESPIRITO SANTO	810038418	4069142232	6º
TEREZA REGINA BORGES FIGUEIREDO ANDRADE	810034667	157090272	7º
JOSE FLAVIO SILVA	810026428	295425024	8º
PATRICIA OLIVEIRA DE JESUS	810037398	341734047	9º
REINALDO SILVA PEREIRA	810027314	186982399	10º
KAIO MEDEIROS ANDRADE	810006664	1286826802	11º
FELIPE JORDAN DE JESUS DOS SANTOS	810011054	1320950256	12º
MIRTES PINHEIRO GOMES	810028704	848311116	13º
RAMON RIBEIRO DOS SANTOS JÚNIOR	810025361	1320406203	14º
ANA PAULA MENDES DA PAIXÃO GOMES	810036330	635485508	15º

Gabinete do Secretário Municipal de Gestão, em 12 de dezembro de 2017.

THIAGO MARTINS DANTAS

Secretário

AVISO**PROCESSO SELETIVO PARA PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO -****EDITAL Nº 06/2017**

O Secretário Municipal de Gestão, INFORMA, que a prova do Processo Seletivo para Programa de Estágio de Ensino Médio será realizada no dia 09 de janeiro de 2017, nos horários a serem estabelecidos no Edital de Convocação. As provas acontecerão na Fundação Visconde de Cairú, situada na Rua do Saleté, nº 50 - Barris.

Gabinete do Secretário Municipal de Gestão, em 12 de dezembro de 2017

THIAGO MARTINS DANTAS

Secretário

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N.º 13/2017

O Secretário Municipal de Gestão, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o caráter emergencial, torna pública a realização de **Processo Seletivo Simplificado** visando à contratação temporária de excepcional interesse público de profissionais para desempenhar atividades no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde - SMS/Serviço de Atendimento à Urgência e Emergência Fixa - SAUEF, por tempo determinado, em Regime Especial de Direito Administrativo - REDA, nos termos do inciso VII do Art. 37, da Lei Complementar nº 02/91 com alterações posteriores e Processo Administrativo SMS nº 12.996/2017.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado visa à contratação por prazo determinado de profissionais para as funções de Médico Clínico, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra, Médico Ortopedista para atender à demanda de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde -SMS, no âmbito do Serviço de Atendimento à Urgência e Emergência Fixa - SAUEF.

1.1.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido por este edital, seus Anexos e eventuais retificações.

1.1.2 A realização da inscrição implica na concordância do candidato com as regras estabelecidas neste Edital com renúncia expressa a quaisquer outras.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado será constituído de uma única etapa, Avaliação de Títulos, de caráter eliminatório e classificatório.

1.2.1. Os candidatos que não forem aprovados dentro do número de vagas figurarão no cadastro de reserva e poderão ser convocados de acordo com a necessidade da Administração, obedecendo-se a ordem de classificação do cadastro de reserva.

1.2.1.2 O Cadastro de Reserva é o conjunto de candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecidas.

1.2.2. O cadastro de reserva será composto por todos os candidatos classificados além do número de vagas.

1.2.3. O candidato que não for aprovado no número de vagas e nem classificado no cadastro reserva será **ELIMINADO**.

1.3. O prazo de validade do Processo Seletivo é de 02 (dois) anos, contados a partir da data da publicação da Homologação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

1.4. Ocorrendo novas vagas de suprimento emergencial, no prazo de validade da seleção, poderão ser convocados os candidatos classificados, respeitando a ordem de classificação.

1.5. A Descrição das Atividades da função encontra - se no Anexo I deste Edital.

1.6. Os critérios de avaliação da Avaliação de Títulos encontram-se na Tabela de Avaliação de Títulos, constantes no Anexo II deste Edital.

2. FUNÇÕES, VAGAS, PRÉ-REQUISITOS/ESCOLARIDADE, REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA.

2.1. Para inscrição serão exigidos os seguintes pré-requisitos:

FUNÇÃO	PRÉ-REQUISITOS / ESCOLARIDADE
Médico Clínico - SAUEF	Ensino Superior Completo em Medicina, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e/ou registro no respectivo Conselho de Classe quando exigido em Legislação Federal ou Declaração de instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, com previsão de conclusão do curso de medicina até dezembro de 2018.
Médico Pediatra - SAUEF	Ensino Superior Completo em Medicina, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e/ou registro no respectivo Conselho de Classe quando exigido em Legislação Federal ou Declaração de instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, com previsão de conclusão do curso de medicina até dezembro de 2018.
Médico Psiquiatra - SAUEF	Ensino Superior Completo em Medicina, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e/ou registro no respectivo Conselho de Classe quando exigido em Legislação Federal ou Declaração de instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, com previsão de conclusão do curso de medicina até dezembro de 2018.
Médico Ortopedista - SAUEF	Ensino Superior Completo em Medicina, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e/ou registro no respectivo Conselho de Classe quando exigido em Legislação Federal ou Declaração de instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, com previsão de conclusão do curso de medicina até dezembro de 2018.

2.1.1. Na data da inscrição, o candidato deverá ter 18 anos completos.

2.1.2 Poderão realizar inscrição no Processo Seletivo Simplificado os estudantes de Medicina que comprovem estar matriculados nos últimos dois semestres do curso de graduação em Medicina com previsão de conclusão até dezembro de 2018.

2.1.3 No momento da contratação os estudantes que se inscreveram de acordo com o item 2.1.2 deverão ter concluído o curso de Medicina e deverão apresentar a Carteira do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia, Diploma e/ou Certificado de Conclusão do Curso acompanhado do Histórico Escolar e Documento de comprovação que está registrado e com a situação regularizada junto ao Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia.

2.2. As vagas, funções, remuneração e carga horária estão estabelecidos no quadro a seguir:

Médico Clínico - SAUEF	Vagas	Remuneração	Carga Horária
Vagas	AC	43	Até R\$ 6.353,33 24h
	NEGRO	20	
	PCD	04	
	TOTAL	67	



Médico Pediatra - SAUEF		Vagas	Remuneração	Carga Horária
Vagas	AC	35	Até R\$ 6.353,33	24h
	NEGRO	15		
	PCD	03		
	TOTAL	53		

Médico Psiquiatra - SAUEF		Vagas	Remuneração	Carga Horária
Vagas	AC	04	Até R\$ 6.353,33	24h
	NEGRO	02		
	PCD	01		
	TOTAL	07		

Médico Ortopedista - SAUEF		Vagas	Remuneração	Carga Horária
Vagas	AC	11	Até R\$ 6.353,33	24h
	NEGRO	04		
	PCD	01		
	TOTAL	16		

Legenda:

AC = Ampla Concorrência

NEGRO = Negro

PCD = Pessoa Com Deficiência

2.3. A Administração Municipal poderá conceder auxílio alimentação e transporte, conforme legislação municipal.

2.4. Às vagas serão preenchidas de acordo com o Quadro de Vagas, no item 2.2, seguindo a ordem de classificação geral dos candidatos habilitados, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal da Saúde - SMS.

2.4.1. Do total de vagas, ficam reservadas 5% (cinco por cento) e 30% (trinta por cento) respectivamente, às Pessoas com Deficiência e aos Negros, conforme apresentado no quadro de vagas no item 2.2 deste edital.

2.5. O cronograma previsto das atividades do Processo Seletivo Simplificado consta no Anexo III deste Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 Antes de se inscrever, o candidato deverá tomar conhecimento das normas e condições estabelecidas neste edital, incluindo seus Anexos, partes integrantes das normas que regem o presente Processo Seletivo Simplificado.

3.1.2 A inscrição no Processo Seletivo Simplificado exprime a ciência e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais, não poderá alegar desconhecimento.

3.1.3. As inscrições ficarão abertas, exclusivamente via internet, no período das 09:00h do dia 15 de dezembro de 2017 às 23:59h do dia 23 de dezembro de 2017.

3.1.4. Para inscrever-se, via internet, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.processoseletivosimplificadosauef.salvador.ba.gov.br e efetuar inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

3.2. Ler as instruções e preencher eletronicamente o "Formulário de Inscrição" de forma completa e correta e pagar o valor da inscrição correspondente.

3.2.1 O valor da inscrição será de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

3.2.2. A importância recolhida, relativa à inscrição, não será devolvida em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo Simplificado, ou em razão de fato atribuível somente à Administração Pública.

3.2.2.1. O boleto bancário terá data de vencimento de 48 horas após a emissão do mesmo, a contar da data de inscrição do candidato. O candidato poderá fazer a reemissão do boleto bancário dentro do prazo de inscrições, sem prejuízo para a inscrição já efetuada.

3.2.2.1.2. As inscrições somente serão confirmadas após o banco ratificar o efetivo pagamento do valor da inscrição, que deverá ser feito dentro do prazo estabelecido, em qualquer agência bancária, obrigatoriamente por meio do boleto bancário específico, impresso pelo próprio candidato no momento da inscrição. Não será aceito pagamento feito através de depósito bancário, DOCs ou similares.

3.2.2.2. Caso haja qualquer divergência entre o valor da inscrição e o valor pago, a inscrição não será confirmada.

3.2.2.3. O boleto bancário pago, autenticado pelo banco ou comprovante de pagamento, deverá estar de posse do candidato durante todo o Processo Seletivo Simplificado, para eventual certificação e consulta pelos organizadores.

3.2.3. O candidato deverá revisar os dados informados e aceitar o "Termo de Condições" exigido no Processo Seletivo Simplificado.

3.2.4. Após concluir o procedimento, o candidato deverá gerar o comprovante de inscrição com respectivo número de inscrição.

3.2.5. A inscrição somente será confirmada e processada se o candidato preencher de forma completa e correta, além de assinalar todos os campos eletrônicos obrigatórios.

3.2.6. É dever do candidato manter sob sua guarda o comprovante eletrônico gerado ao término da sua inscrição.

3.2.7. É de responsabilidade integral do candidato o pagamento correto do valor da inscrição, devendo o mesmo arcar com ônus de qualquer divergência de valor.

3.2.8. Uma vez finalizada a inscrição e procedido o pagamento do boleto, o candidato que cancelar a sua inscrição, a importância recolhida não será devolvida, conforme previsão no item 3.2.2

3.3. A comprovação da data e horário da inscrição dar-se-á mediante aferição da data e horário dos dados gerados e gravados quando da conclusão da inscrição feita pelo candidato.

3.3.1. Caso o candidato efetue mais de uma inscrição, será considerada a mais recente.

3.3.1.1. Cada candidato só poderá concorrer a uma única Função.

3.3.2. Serão aceitas as inscrições dos candidatos que cumprirem os seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado ou gozar das prerrogativas previstas no artigo 12 da Constituição Federal;
- b) ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos;
- c) enviar eletronicamente, na forma definida, documentos comprobatórios de atendimento aos pré-requisitos de escolaridade exigida para a função concorrida; assim como, diploma e/ou Certificado de Conclusão do Curso, e/ou do registro no respectivo Conselho de Classe quando exigido em Legislação Federal.

3.3.3. Serão aceitos como documentos de identificação Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias da Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédulas de Identidade fornecidas por Ordens ou Conselhos de Classe, que por Lei Federal valem como documento de identidade, Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia), na forma da Lei Federal nº. 9.503, de 23/09/1997.

3.3.4. Não serão aceitos como documentos de identificação certidão de nascimento, título de eleitor, carteira de habilitação (modelo antigo), carteira funcional sem valor de identidade, protocolos de solicitação de documentos, bem como, documento ilegível, não identificável ou danificado.

3.3.5. As informações prestadas no Formulário de Inscrição eletrônico serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se a Secretaria Municipal de Gestão, o direito de excluir do Processo Seletivo Simplificado aquele que não preencher esse documento oficial da forma definida, correta e/ou fornecer dados falsos.

3.3.6. O descumprimento de quaisquer das instruções para inscrição via Internet implicará no cancelamento da mesma.

3.3.7 A inscrição via Internet é de inteira responsabilidade do candidato e deve ser feita com antecedência, evitando-se o possível congestionamento de comunicação do site www.processoseletivosimplificadosauef.salvador.ba.gov.br nos últimos dias de inscrição.

4. DA ESTRUTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

4.1. Por ocasião da inscrição, o candidato deverá seguir a sequência do formulário eletrônico para envio de documentos (upload) necessários à avaliação de títulos.

4.1.1. O primeiro documento a ser enviado através do sistema de envio de documentos (upload), é o diploma de Ensino Superior Completo e/ou o registro no respectivo Conselho de Classe quando exigido em Legislação Federal ou Declaração de instituição de ensino, reconhecida pelo Ministério da Educação, com previsão de conclusão do curso de medicina até dezembro de 2018, conforme item 2.1

4.1.2. O envio dos documentos é obrigatório para comprovação do atendimento aos pré-requisitos necessários à inscrição, conforme quadro previsto no subitem 2.1.

4.1.3. Apenas com o envio dos documentos mencionados na coluna pré-requisitos, da tabela constante no subitem 2.1 que será permitido envio dos documentos relativos à Avaliação de Títulos.

4.1.4. No local apropriado do formulário eletrônico, o candidato deverá listar o Título a ser submetido a análise em observância aos critérios estabelecidos no Anexo II deste edital.

4.1.5. O candidato, no seu HD, Pen Drive, Nuvem ou outro local que tenha sido utilizado para armazenamento dos títulos digitalizados em arquivo no formato PDF, JPG, JPEG, TIFF, PNG deverá escolher o arquivo que comprova a atividade/título listado e anexá-lo.

4.1.6. Todos os documentos anexados são de responsabilidade do candidato.

4.1.7 Todos os documentos deverão ser digitalizados em padrão A4 e com tamanho igual ou inferior a **2 MB (megabyte)**.

4.1.8 O candidato deve ficar atento para que a digitalização fique legível.

4.1.9 Documentos ilegíveis, com rasuras e/ou outros defeitos que dificultem a sua leitura não serão aceitos.

4.1.10. Após a confirmação da inscrição com envio de dos documentos relativos a Avaliação de Títulos, não serão permitidas em nenhuma hipótese alterações na inscrição do candidato.

4.2. Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória ou condicional.

4.2.1. A Secretaria Municipal de Gestão e a Companhia de Governança Eletrônica de Salvador não se responsabilizam por solicitações de Inscrição via Internet não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.2.2. Encerradas as inscrições, a Comissão de Avaliação de Títulos procederá à análise dos documentos para comprovação de titulação e experiências profissionais apresentadas pelo candidato, na forma estabelecida neste Edital.

5.0. DOS CANDIDATOS NEGROS

5.1. Ao candidato negro, amparado pelo § 4º do art. 6º da Lei Complementar nº 01/1991, acrescentado pela Lei Complementar nº 054/2011 de 21/11/2011 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 24.846 de 21/03/2014, é reservado 30% (trinta por cento) das vagas, devendo o candidato observar também, no ato da inscrição, além das condições gerais estabelecidas neste Edital, as condições previstas neste item, para que possa fazer uso das prerrogativas disciplinadas em lei e neste Edital.

5.2. Para efeitos do previsto neste Edital, considera-se negro aquele que assim se declarar identificando-se como de cor preta ou parda, a raça/etnia negra, conforme o disposto no parágrafo 4º do Art. 1º do Decreto Municipal nº 24.846 de 21/03/2014.

5.3. O candidato julgando-se amparado pelas disposições legais, poderá concorrer, sob sua inteira responsabilidade, às vagas reservadas aos candidatos negros

5.4. A declaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, caso não opte pela reserva de vagas.

5.5 O candidato negro que pretende concorrer às vagas reservadas, deverá, sob as penas da lei, assinalar esta condição no campo específico da Ficha de Inscrição, declarando expressamente se autodeclarar negro.

5.5.1. Quando do preenchimento do requerimento de inscrição via Internet, o candidato que porventura declarar indevidamente a opção de concorrer as vagas destinadas aos negros, poderá após tomar conhecimento da situação da inscrição nessa condição, cancelar sua inscrição.

5.5.2. Caso o candidato cancele sua inscrição conforme o item 5.5.1 e já houver procedido o pagamento do boleto da sua inscrição a importância recolhida não será devolvida, conforme previsão no item 3.2.2.

5.6. O candidato negro participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne às exigências estabelecidas neste Edital.

5.7. Os candidatos destinatários da reserva de vagas a negros concorrerão também às vagas destinadas à ampla concorrência, ficando vedado restringir-lhes o acesso à função pretendida às vagas reservadas.

5.8. Após a divulgação do resultado final da Avaliação de Títulos, a Secretaria Municipal de Gestão convocará os candidatos que se autodeclararam, para a análise presencial referente ao procedimento administrativo de averiguação da autodeclaração de negro.

5.9. Para a averiguação, o convocado deverá comparecer na data, horário e endereço indicados no Edital de Convocação para apresentação a uma Comissão Examinadora, composta por servidores do Município do Salvador e Sociedade Civil.

5.10. O candidato que não comparecer ou não seguir quaisquer orientações da Comissão ou que não prestar os esclarecimentos, quando solicitados pela Comissão, será eliminado do procedimento administrativo de averiguação da autodeclaração, e, conseqüentemente, deste Processo Seletivo.

5.11. Quando for constatado pelos integrantes da Comissão, que o candidato não atende aos quesitos cor ou raça relacionados ao grupo étnico-racial tutelado pela norma que instituiu as cotas, a partir da averiguação presencial, não mais concorrerá na condição de pessoa negra e, conseqüentemente, será eliminado deste Processo Seletivo.

5.11.1 O candidato que não comparecer à verificação ou não for considerado/confirmado negro, não retornará à relação da ampla concorrência e será eliminado de todas as listas do certame.

5.12. A convocação dos candidatos aprovados será de acordo com a ordem de classificação geral no Processo Seletivo Simplificado, respeitando o percentual de 30% (trinta por cento) ao candidato negro aprovado, de acordo com a sua ordem de classificação na lista específica.

5.12.1 A avaliação da Comissão especialmente designada para averiguar/constatar a condição de candidato negro para efeito de concorrer nas vagas reservadas para negros considerará o seguinte aspecto: fenótipos (características fenotípicas relacionadas ao grupo étnico-racial tutelado pela norma que instituiu as cotas), a partir da análise presencial do atendimento aos requisitos legais e editalícios.

5.13. Na hipótese de não existirem candidatos inscritos para as vagas reservadas aos negros, às vagas respectivas e remanescentes serão destinadas aos demais candidatos aprovados na ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

5.14. O candidato negro deverá tomar conhecimento do Decreto Municipal nº 24.846/2014.

6.0. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

6.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, podendo concorrer a 5% das vagas que forem preenchidas no prazo de validade do mesmo, desde que haja compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência que possui, nos termos do disposto no Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, publicado no Diário Oficial da União, de 21 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

6.2. Somente serão consideradas como pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias constantes do artigo 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

6.3. As pessoas com deficiência terão assegurados o pleno exercício dos direitos previstos na Lei Complementar nº 01/91, desde que, a sua deficiência seja compatível com as atribuições da função.

6.4. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição:

- a) declarar-se com deficiência, assinalando tal condição no campo reservado do formulário de inscrição;
- b) apresentar laudo médico, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência.

6.5. Caso o candidato não anexe o laudo médico, não poderá concorrer ao percentual reservado para Pessoas com deficiência, mesmo que tenha assinalado a condição no campo específico do formulário de inscrição. O laudo médico deverá ser legível, sob pena de não ser considerado.

6.6. A pessoa com deficiência deverá fazer sua opção com o correto preenchimento do campo próprio do formulário de inscrição, da mesma forma estabelecida para os demais candidatos, vedada qualquer alteração posterior.

6.7 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas às Pessoas com Deficiência agendarão, no momento da convocação, data e horário para atendimento pela Gerência Central de Inspeção, Medicina e Segurança do Trabalho - GEIMS para verificação da compatibilidade da deficiência de quem é portador com as atribuições da função, conforme item 6.3 do Edital.

7. DA SELEÇÃO

7.1 O Processo Seletivo Simplificado compreenderá:

a) Avaliação de títulos a ser realizada por Comissão composta por Equipe Técnica, exclusivamente constituída por servidores da Secretaria Municipal da Saúde - SMS, exclusivamente para este fim;

b) A Avaliação dos títulos será de caráter eliminatório e classificatório.

8. DO JULGAMENTO DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

8.1. A Avaliação de títulos, de caráter classificatório e eliminatório, visa aferir a experiência profissional do candidato.

8.2. Será objeto da Avaliação de Títulos, para preenchimento das funções temporárias: a) Experiência prévia em serviços de urgência, medicina intensiva ou saúde mental nos últimos 05 (cinco) anos, comprovado através de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou Declaração comprobatória de tempo de serviço, firmada por instituição, emitida em papel timbrado, contendo dia mês e ano de início e fim da atividade; Experiência prévia em serviços de urgência, medicina intensiva ou saúde mental nos últimos 05 (cinco) anos, comprovado através de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou Declaração comprobatória de tempo de serviço, firmada por instituição, emitida em papel timbrado, contendo dia mês e ano de início e fim da atividade; Diploma devidamente registrado de mestre, em área correlata a urgência e emergência ou saúde mental; Residência Médica concluída; Especialista (título de AMB); Residência Médica em andamento; Diploma ou Certificado de Especialização em urgência ou saúde mental com carga horária maior ou igual a 360 horas; Cursos de imersão (BLS, ATLS, ACLS, PALS, FCCS, PHTLS, ventilação mecânica, via aérea difícil, ultrassonografia a beira do leito); Cursos de instrutor (BLS, ATLS, ACLS, PALS, FCCS, PHTLS); Curso de atualização na área de urgência/emergência, medicina intensiva ou saúde mental, com carga horária maior ou igual a 40 horas; Curso de atualização na área de urgência/emergência, medicina intensiva ou saúde mental com carga horária maior ou igual a 16 horas.



8.2.1. A pontuação obtida na avaliação de títulos irá variar conforme critérios divulgados no Anexo II.

8.2.2. Serão classificados todos os candidatos classificados além do número de vagas, conforme previsto nos itens 1.2.2 e 2.2.

8.2.3. Na publicação do resultado da Avaliação de Títulos, no Diário Oficial do Município, constará identificação apenas dos candidatos classificados.

8.2.4. O candidato não classificado, de acordo com a Avaliação de Títulos, será excluído do Processo Seletivo Simplificado.

8.2.5. Para efeito de contagem de experiência profissional, as declarações devem especificar dia, mês e ano de início e término da atividade.

8.3. Somente serão aceitos e avaliados os documentos que comprovem:

- a) Experiência prévia em serviços de urgência ou medicina intensiva nos últimos 05 (cinco) anos, comprovado através de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou Declaração comprobatória de tempo de serviço, firmada por instituição, emitida em papel timbrado, contendo dia mês e ano de início e fim da atividade;
- b) Experiência prévia em serviços de urgência, medicina intensiva ou saúde mental nos últimos 05 (cinco) anos, comprovado através de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou Declaração comprobatória de tempo de serviço, firmada por instituição, emitida em papel timbrado, contendo dia mês e ano de início e fim da atividade;
- c) Diploma devidamente registrado de mestre, em área correlata a urgência e emergência, medicina intensiva ou saúde mental;
- d) Residência Médica concluída;
- e) Especialista (título de AMB);
- f) Residência Médica em andamento;
- g) Diploma ou Certificado de Especialização em urgência com carga horária maior ou igual a 360 horas;
- h) Cursos de imersão (BLS, ATLS, ACLS, PALS, FCCS, PHTLS, ventilação mecânica, via aérea difícil, ultrassonografia a beira do leito);
- i) Cursos de instrutor (BLS, ATLS, ACLS, PALS, FCCS, PHTLS);
- j) Curso de atualização na área de urgência/emergência, medicina intensiva ou saúde mental com carga horária maior ou igual a 40 horas;
- l) Curso de atualização na área de urgência/emergência, medicina intensiva ou saúde mental com carga horária maior ou igual a 16 horas.

8.3.1. Após a efetivação da inscrição, não serão aceitos pedidos de inclusão ou troca de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

8.3.2. Não serão aceitos documentos anexados fora do especificado, ilegíveis ou rasurados, conforme itens 4.1.9 e 4.1.10.

8.3.3. Não serão computados os documentos apresentados fora do prazo estabelecido no Edital ou em desacordo com o disposto no Edital.

8.3.4. Cada título será considerado 01 (uma) única vez.

8.3.5. Será vedada a pontuação de qualquer curso/documento que não preencher todas as condições previstas neste Capítulo.

8.3.6. Na avaliação dos documentos, os títulos apresentados que excederem ao limite máximo de pontos estabelecidos na Tabela de Avaliação de Títulos (Especificação dos Títulos) não serão considerados.

8.3.7. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade das informações prestadas, o candidato terá anulada a respectiva pontuação e será excluído do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em caso de igualdade de pontos originando empate na classificação final serão utilizados, quando couber, os seguintes critérios de desempate, sucessivamente:

- a) Maior idade, quando um dos candidatos for maior que 60 anos;
- b) Maior experiência em trabalho desenvolvido na função em que se candidatou;
- c) persistindo o empate, terá preferência o candidato mais velho.

10. DA CLASSIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

10.1. Os candidatos serão classificados obedecendo à ordem decrescente da nota da Avaliação de Títulos.

10.2. A Secretaria Municipal de Gestão publicará em Diário Oficial do Município e no site www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/concurso, o resultado da Avaliação de títulos dos habilitados.

10.3. Os resultados do Processo Seletivo Simplificado serão publicados no Diário Oficial do Município e disponibilizados no site: www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/concurso.

11. DOS RECURSOS

11.1. Será admitido recurso, na modalidade pedido de reconsideração do resultado provisório da Avaliação de Títulos e da Averiguação da Condição de Negro.

11.2. Os recursos deverão ser protocolados na sede da Secretaria Municipal de Gestão, na Av. Vale dos Barris nº 125, Barris, **das 09h às 16h**.

11.2.1. Para interposição de recurso ao resultado da Avaliação de Títulos, o candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação do resultado provisório no Diário Oficial do Município.

11.2.2. Para interposição de recurso aos resultados da Averiguação da Condição de Negro, o candidato terá o prazo de 01 (hum) dia útil, contado da publicação do resultado provisório no Diário Oficial do Município.

11.3. Não serão aceitos os recursos remetidos via postal, via fax ou via correio eletrônico.

11.4. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada, para este efeito a data do ingresso no protocolo da Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE.

11.5. Serão preliminarmente indeferidos recursos não acompanhados das razões do inconformismo, ou que não atendam às especificações exigidas neste Edital.

11.6. Caberá à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado encaminhar o recurso contra o resultado provisório da Avaliação de Títulos à Comissão responsável pela análise dos Títulos, para julgamento em única instância.

11.7. Caberá à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado encaminhar o recurso contra o resultado provisório da Averiguação da Condição de Negro à Comissão Examinadora mencionada no subitem 5.9 deste Edital, para julgamento.

11.8. As decisões dos recursos serão publicadas no Diário Oficial do Município e disponibilizadas no endereço eletrônico: www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/concurso.

11.9. Os recursos não terão efeito suspensivo.

12. DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

12.1. Os candidatos selecionados serão convocados na forma deste Edital, de acordo com o quadro de vagas e a necessidade do serviço, observando-se a ordem de classificação durante o período de validade deste Processo Seletivo, por meio de Aviso de Convocação publicado no Diário Oficial do Município.

12.2. Os candidatos selecionados e convocados deverão se apresentar na data, local e horário determinados no Edital de Convocação para assinatura do contrato munidos dos documentos listados no item 12.4, no prazo de 15 (quinze) corridos.

12.2.1. Os candidatos convocados deverão apresentar o **Atestado de Saúde Ocupacional** informando a aptidão para exercício da função.

12.2.2. Os candidatos convocados deverão se apresentar na **data, local e horário** determinados no Edital de Convocação para apresentação de **todos** os documentos comprobatórios que foram enviados eletronicamente, agora em seus originais ou cópias autenticadas em cartório, para conferência.

12.2.3. O candidato que deixar de apresentar qualquer dos documentos enviados eletronicamente por ocasião da sua inscrição, será desclassificado.

12.2.4. A inautenticidade dos documentos mencionados no subitem 12.2 e/ou inveracidade das informações prestadas, desclassificará o candidato.

12.2.5. Após a conferência da documentação enviada eletronicamente e validação por representantes da Secretaria Municipal de Saúde ou secretaria Municipal de Gestão, os candidatos convocados deverão apresentar o Atestado de Saúde Ocupacional informando a aptidão para exercício da função e os documentos relacionados no subitem 12.4.

12.3. O candidato considerado apto, somente será contratado se não exercer outro cargo, função ou emprego na Administração Estadual/Distrital, Municipal e ou Federal, salvo as possibilidades de acumulação previstas na Constituição Federal.

12.3.1. O candidato será contratado por um período de até 02 (dois) anos, podendo ter o seu contrato prorrogado por até igual período, à critério da Administração.

12.3.2. Ao candidato é vedada a contratação da mesma pessoa, com fundamento na Lei Complementar nº 65/2017, antes de decorrido metade do prazo total do contrato anterior, salvo quando não houver candidatos habilitados para suprir a demanda ou quando a contratação anterior tiver decorrido de processo seletivo simplificado de prova ou provas e títulos.

12.3.2.1. Identificada a situação prevista no item 12.3.2, a Administração procederá na convocação imediata do candidato subsequente, passando aquele a figurar como último na lista classificatória, dependendo sua nova convocação, do regular prosseguimento da seleção e quando não houver candidatos para suprir demanda.

12.3.2.2. A não apresentação de qualquer candidato no prazo estabelecido no Aviso de Convocação, implicará na convocação imediata do candidato subsequente, passando aquele a

figurar como último na lista classificatória, dependendo sua nova convocação do regular prosseguimento da seleção.

12.4. No ato da contratação, os candidatos convocados deverão apresentar as cópias dos documentos listados abaixo acompanhados dos originais para autenticação:

- a) Carteira de Identidade;
- b) CPF;
- c) PIS/PASEP;
- d) CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);
- e) Título de Eleitor;
- f) Comprovante de votação da última eleição (não serão aceitos comprovantes de justificativa eleitoral, caso não tenha votado, apresentar Certidão de Quitação Eleitoral, obtida junto ao TRE);
- g) Comprovante de residência com CEP;
- h) Certificado de Alistamento Militar, se do sexo masculino;
- i) Carteira do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia;
- j) 01 Foto Recente 3x4;
- k) Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- l) Declaração de Bens;
- m) Diploma e/ou Certificado de Conclusão do Curso acompanhado do Histórico Escolar;
- n) Certidões Negativas de antecedentes criminais;
- o) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, expedido por Médico do Trabalho ou Serviço Médico Especializado em Medicina Ocupacional;
- p) Documento de comprovação que está registrado e com a situação regularizada junto ao Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia.

12.5. Os Candidatos convocados, poderão ser desclassificados nas seguintes situações:

- a) quando não reunirem os documentos requisitados e enumerados no item 12.4;
- b) quando forem considerados inaptos para o exercício da função;
- c) quando for identificada a inautenticidade de documentos;
- d) quando for identificada a inveracidade das informações prestadas;
- e) quando descumprirem as regras do Edital;

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A classificação no Processo Seletivo Simplificado assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes e da exclusiva necessidade, interesse e conveniência da administração, de acordo com a disponibilidade orçamentária e observado o número de vagas existentes no presente Edital.

13.2. O contratado será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

13.3. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá, a seu critério, suspender, revogar ou invalidar o Processo Seletivo Simplificado, não assistindo aos candidatos direito à reclamação de qualquer natureza.

13.4. O resultado Final do Processo Seletivo Simplificado será homologado pela autoridade competente e publicado em Diário Oficial do Município contendo os nomes dos candidatos aprovados e classificados, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

13.5. A inexistência das declarações, as irregularidades de documentos ou as de outra natureza, ocorridas no decorrer desse Processo Seletivo Simplificado, mesmo que só verificada posteriormente, inclusive após a contratação, excluirá o candidato, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes de sua inscrição.

13.6. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Município, obedecendo aos prazos de republicação.

13.7. O acompanhamento das publicações referentes ao Processo Seletivo Simplificado é de responsabilidade exclusiva do candidato.

13.8. O candidato poderá obter informações referentes às publicações deste Processo Seletivo Simplificado através do site www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/concurso.

13.9 Todos os atos relativos ao presente Processo: resultados, convocações, desclassificações e homologação serão publicados na Imprensa Oficial - Diário Oficial do Município e disponibilizados no site da Secretaria Municipal de Gestão www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/concurso.

13.10. As informações gerais, presentes neste Edital, são pertinentes aos candidatos negros, às pessoas com deficiência e aos candidatos de ampla concorrência, objetivando não ferir o princípio da isonomia

13.11. A Prefeitura Municipal do Salvador não se responsabiliza por informações de qualquer natureza, divulgadas em sites de terceiros.

13.12. A Administração reserva-se o direito de proceder às contratações, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e até o número de vagas ofertadas neste Edital, das que vierem a surgir ou forem criadas por Lei, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

13.13. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Gestão, ouvida a Comissão do Processo Seletivo.

13.14. Os documentos relativos a dados cadastrais e documentais dos candidatos terão validade somente para este Processo Seletivo e, decorrido o prazo de 05 (cinco) anos após a homologação do Processo Seletivo Simplificado, será realizado o descarte do arquivo.

THIAGO MARTINS DANTAS

Secretário

ANEXO I

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Função Temporária: Médico Clínico - SAUEF

Descrição: Realizar diagnóstico, avaliação laboratorial e tratamento das urgências e emergências clínicas e cirúrgicas e de saúde mental. Priorizando o atendimento para os casos mais graves definidos pela classificação de risco e valência social. Utilizar as metodologias START e CRAMP para os casos envolvendo múltiplas vítimas acionando de imediato a regulação. Realizar atendimento inicial ao politraumatizado, estabilizando e preparando para transporte quando indicado. Realizar suturas, drenagem de abscesso, retirada de corpo estranho e debridamento quando necessário. Abordagem do paciente com problemas traumato-ortopédicos; Fazer imobilizações, hemostasia por compressão direta, torniquetes e trações quando indicado; investigar fraturas e luxações, lesões capsulo-ligamentares e epifisárias; infecções e alterações inflamatórias osteoarticulares; tumores ósseos e lesões pseudotumorais. Avaliar urgências ginecológicas e obstétricas acionando a regulação quando necessário. Realizar atendimento a casos de intoxicação exógena com acionamento do CIAVE para orientações. Abordagem a pacientes com distúrbios nutricionais: desidratação aguda por diarreia e vômitos; desnutrição protéico-calórica. Avaliar e tratar pacientes com problemas neurológicos com acionamento do Protocolo AVC (PAVC) para pacientes com início dos sintomas menor que 4,5 horas. Problemas oftalmológicos e otorrinolaringológicos. Avaliar e tratar pacientes com distúrbios respiratórios com manuseio de vias aéreas com utilização de dispositivos básicos (COF, CNF, cateter nasal, Máscara de venturi, máscara não-reinalante, nebulizadores) dispositivos supraglóticos, intubação oro/nasotraqueal, via aérea cirúrgica, manuseio de pacientes traqueostomizados. Manuseio de ventiladores mecânicos e ventilação não invasiva. Investigação de quadros de dor torácica ou manifestações atípicas de SCA com realização do eletrocardiograma em até 10 minutos e acionamento do protocolo de infarto do município (PIAM) via "Telegram", telemedicina ou outro sistema disponível, instituição do tratamento adjuvante e administração de trombolítico quando indicado ou preparação para angioplastia primária/resgate conforme orientação da regulação assim como as demais afecções de origem cardiovascular. Abordagem das afecções de origem vasculares, gastrointestinais; endocrinológicas, oncológicas, nefro-urológicas, reumatológicas, hematológicas, dermatológicas, imunológicas, infecciosas. Utilização Racional de antibióticos e outros fármacos de acordo com os protocolos existentes; Abordagem e avaliação e tratamento do paciente com sintomas mentais. Registrar as atividades a fim de gerar informações técnicas capazes de subsidiar o planejamento de ações e ao gestor da saúde para a formulação de políticas públicas de saúde; Realizar os atos médicos possíveis e necessários aos níveis de urgência e emergência utilizando critérios de classificação de risco para priorização dos casos mais graves; Conduzir pacientes em fase final de vida visando o controle de sintomas e evitando o sofrimento, bem como medidas desproporcionais e a obstinação terapêutica. Inserir os dados de regulação no SUREM. Acionar a equipe da central de transplantes em caso de suspeita de morte cerebral. Tripular unidades móveis (ambulâncias) em caso de indisponibilidade de equipes da central de regulação. Notificar os casos indicados nos diversos sistemas de notificação compulsória. Notificar aos órgãos competentes nos casos de agressão/maus tratos de idosos, crianças e mulheres. Orientar graduandos em campo de estágio nas unidades durante o plantão. Participar regularmente das atividades de educação permanente. Participar das comissões de ética médica, óbito e prontuário. Registrar os dados dos atendimentos nos sistemas de prontuário eletrônico quando disponíveis nas unidades. Estabilizar e otimizar o quadro clínico para o transporte dos pacientes que necessitem ser transferidos para centros de maior complexidade. Atender as solicitações telefônicas das centrais de regulação das urgências e leitos. Fazer acompanhamento periódico compatível com a complexidade dos pacientes internados na Sala vermelha. Realizar acesso central ou intra-ósseo quando necessário. Prestar esclarecimentos à coordenação médica sobre atendimentos realizados. Fornecer declaração de óbito a pacientes com patologias clínicas sem evidências de causas externas. Fornecer declarações de comparecimento e/ou atestados médicos quando pertinente. Fornecer relatório de alta a pacientes que permaneceram internados por mais de 24 horas. Fazer o encaminhamento de pacientes de baixa complexidade à rede de atendimento ambulatorial quando pertinente. Acatar ao conceito vago-zero quando determinado pela central de regulação das urgências. Portaria GM/MS n.º 2048, de 5 de novembro de 2002 (Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência); Exercer o controle operacional da equipe assistencial; fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão; Atuar segundo as orientações do Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente. Acolher pacientes oriundos de outras unidades de saúde por solicitação da central de regulação das urgências. Obedecer ao Código de Ética Médica e Lei do Exercício profissional pertinente; Ter conhecimento dos protocolos assistenciais vigentes na sua esfera de competência, executando os mesmos, registrando os mesmos em prontuário físico ou eletrônico, justificando toda e qualquer alteração ou impossibilidade de execução dos mesmos; Utilizar todos os equipamentos de proteção individuais disponíveis na assistência aos paciente; Realizar ações de vigilância à saúde que compreendem investigações e levantamentos de informações necessários à



programação e à avaliação das medidas de controle a doenças e de situações de agravos à saúde; **(Portaria de Consolidação N.º 1 -** Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; **Portaria de Consolidação N.º 2 -** Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; **Portaria de Consolidação N.º 3 -** Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; **Portaria de Consolidação N.º 5 -** Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde).

Função Temporária: Médico Pediatra - SAUEF

Descrição: Realizar diagnóstico, avaliação laboratorial e tratamento das urgências e emergências clínicas e cirúrgicas e de saúde mental. Priorizando o atendimento para os casos mais graves definidos pela classificação de risco e valência social. Utilizar as metodologias START e CRAMP para os casos envolvendo múltiplas vítimas acionando de imediato a regulação. Realizar atendimento inicial ao politraumatizado, estabilizando e preparando para transporte quando indicado. Realizar suturas, drenagem de abscesso, retirada de corpo estranho e debridamento quando necessário. Abordagem do paciente com problemas traumato-ortopédicos; Fazer imobilizações, hemostasia por compressão direta, torniquetes e trações quando indicado; investigar fraturas e luxações, lesões capsulo-ligamentares e epifisárias; infecções e alterações inflamatórias osteoarticulares; tumores ósseos e lesões pseudotumorais. Avaliar urgências ginecológicas e obstétricas acionando a regulação quando necessário. Realizar atendimento a casos de intoxicação exógena com acionamento do CIAVE para orientações. Abordagem a pacientes com distúrbios nutricionais: desidratação aguda por diarreia e vômitos; desnutrição protéico-calórica. Avaliar e tratar pacientes com problemas neurológicos com acionamento do Protocolo AVC (PAVC) para pacientes com início dos sintomas menor que 4,5 horas. Problemas oftalmológicos e otorrinolaringológicos. Avaliar e tratar pacientes com distúrbios respiratórios com manuseio de vias aéreas com utilização de dispositivos básicos (COF, CNF, cateter nasal, Máscara de venturi, máscara não-reinalante, nebulizadores) dispositivos supraglóticos, intubação oro/nasotraqueal, via aérea cirúrgica, manuseio de pacientes traqueostomizados. Manuseio de ventiladores mecânicos e ventilação não invasiva. Investigação de quadros de dor torácica ou manifestações atípicas de SCA com realização do eletrocardiograma em até 10 minutos e acionamento do protocolo de infarto do município (PIAM) via "Telegram", telemedicina ou outro sistema disponível, instituição do tratamento adjuvante e administração de trombolítico quando indicado ou preparação para angioplastia primária/resgate conforme orientação da regulação assim como as demais afecções de origem cardiovascular. Abordagem das afecções de origem vasculares, gastrointestinais; endocrinológicas, oncológicas, nefro-urológicas, reumatológicas, hematológicas, dermatológicas, imunológicas, infecciosas. Utilização Racional de antibióticos e outros fármacos de acordo com os protocolos existentes; Abordagem e avaliação e tratamento do paciente com sintomas mentais. Registrar as atividades a fim de gerar informações técnicas capazes de subsidiar o planejamento de ações e ao gestor da saúde para a formulação de políticas públicas de saúde; Realizar os atos médicos possíveis e necessários aos níveis de urgência e emergência utilizando critérios de classificação de risco para priorização dos casos mais graves; Conduzir pacientes em fase final de vida visando o controle de sintomas e evitando o sofrimento, bem como medidas desproporcionais e a obstinação terapêutica. Inserir os dados de regulação no SUREM. Acionar a equipe da central de transplantes em caso de suspeita de morte cerebral. Tripular unidades móveis (ambulâncias) em caso de indisponibilidade de equipes da central de regulação. Notificar os casos indicados nos diversos sistemas de notificação compulsória. Notificar aos órgãos competentes nos casos de agressão/maus tratos de idosos, crianças e mulheres. Orientar graduandos em campo de estágio nas unidades durante o plantão. Participar regularmente das atividades de educação permanente. Participar das comissões de ética médica, óbito e prontuário. Registrar os dados dos atendimentos nos sistemas de prontuário eletrônico quando disponíveis nas unidades. Estabilizar e otimizar o quadro clínico para o transporte dos pacientes que necessitem ser transferidos para centros de maior complexidade. Atender as solicitações telefônicas das centrais de regulação das urgências e leitos. Fazer acompanhamento periódico compatível com a complexidade dos pacientes internados na Sala vermelha. Realizar acesso central ou intra-ósseo quando necessário. Prestar esclarecimentos à coordenação médica sobre atendimentos realizados. Fornecer declaração de óbito a pacientes com patologias clínicas sem evidências de causas externas. Fornecer declarações de comparecimento e/ou atestados médicos quando pertinente. Fornecer relatório de alta a pacientes que permaneceram internados por mais de 24 horas. Fazer o encaminhamento de pacientes de baixa complexidade à rede de atendimento ambulatorial quando pertinente. Acatar ao conceito vago-zero quando determinado pela central de regulação das urgências. Portaria GM/MS n.º 2048, de 5 de novembro de 2002 (Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência); Exercer o controle operacional da equipe assistencial; fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão; Atuar segundo as orientações do Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente. Acolher pacientes oriundos de outras unidades de saúde por solicitação da central de regulação das urgências. Obedecer ao Código de Ética Médica e Lei do Exercício profissional pertinente; Ter conhecimento dos protocolos assistenciais vigentes na sua esfera de competência, executando os mesmos, registrando os mesmos em prontuário físico ou eletrônico, justificando toda e qualquer alteração ou impossibilidade de execução dos mesmos; Utilizar todos os equipamentos de proteção individuais disponíveis na assistência aos paciente; Realizar ações de vigilância à saúde que compreendem investigações e levantamentos de informações necessários à programação e à avaliação das medidas de controle a doenças e de situações de agravos à saúde; **(Portaria de Consolidação N.º 1 -** Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; **Portaria de Consolidação N.º 2 -** Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; **Portaria de Consolidação N.º 3 -** Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; **Portaria de Consolidação N.º 5 -** Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de

saúde do Sistema Único de Saúde).

Função Temporária: Médico Ortopedista - SAUEF

Descrição: Realizar diagnóstico, avaliação laboratorial e tratamento das urgências e emergências clínicas e cirúrgicas e de saúde mental. Priorizando o atendimento para os casos mais graves definidos pela classificação de risco e valência social. Utilizar as metodologias START e CRAMP para os casos envolvendo múltiplas vítimas acionando de imediato a regulação. Realizar atendimento inicial ao politraumatizado, estabilizando e preparando para transporte quando indicado. Realizar suturas, drenagem de abscesso, retirada de corpo estranho e debridamento quando necessário. Abordagem do paciente com problemas traumato-ortopédicos; Fazer imobilizações, hemostasia por compressão direta, torniquetes e trações quando indicado; investigar fraturas e luxações, lesões capsulo-ligamentares e epifisárias; infecções e alterações inflamatórias osteoarticulares; tumores ósseos e lesões pseudotumorais. Avaliar urgências ginecológicas e obstétricas acionando a regulação quando necessário. Realizar atendimento a casos de intoxicação exógena com acionamento do CIAVE para orientações. Abordagem a pacientes com distúrbios nutricionais: desidratação aguda por diarreia e vômitos; desnutrição protéico-calórica. Avaliar e tratar pacientes com problemas neurológicos com acionamento do Protocolo AVC (PAVC) para pacientes com início dos sintomas menor que 4,5 horas. Problemas oftalmológicos e otorrinolaringológicos. Avaliar e tratar pacientes com distúrbios respiratórios com manuseio de vias aéreas com utilização de dispositivos básicos (COF, CNF, cateter nasal, Máscara de venturi, máscara não-reinalante, nebulizadores) dispositivos supraglóticos, intubação oro/nasotraqueal, via aérea cirúrgica, manuseio de pacientes traqueostomizados. Manuseio de ventiladores mecânicos e ventilação não invasiva. Investigação de quadros de dor torácica ou manifestações atípicas de SCA com realização do eletrocardiograma em até 10 minutos e acionamento do protocolo de infarto do município (PIAM) via "Telegram", telemedicina ou outro sistema disponível, instituição do tratamento adjuvante e administração de trombolítico quando indicado ou preparação para angioplastia primária/resgate conforme orientação da regulação assim como as demais afecções de origem cardiovascular. Abordagem das afecções de origem vasculares, gastrointestinais; endocrinológicas, oncológicas, nefro-urológicas, reumatológicas, hematológicas, dermatológicas, imunológicas, infecciosas. Utilização Racional de antibióticos e outros fármacos de acordo com os protocolos existentes; Abordagem e avaliação e tratamento do paciente com sintomas mentais. Registrar as atividades a fim de gerar informações técnicas capazes de subsidiar o planejamento de ações e ao gestor da saúde para a formulação de políticas públicas de saúde; Realizar os atos médicos possíveis e necessários aos níveis de urgência e emergência utilizando critérios de classificação de risco para priorização dos casos mais graves; Conduzir pacientes em fase final de vida visando o controle de sintomas e evitando o sofrimento, bem como medidas desproporcionais e a obstinação terapêutica. Inserir os dados de regulação no SUREM. Acionar a equipe da central de transplantes em caso de suspeita de morte cerebral. Tripular unidades móveis (ambulâncias) em caso de indisponibilidade de equipes da central de regulação. Notificar os casos indicados nos diversos sistemas de notificação compulsória. Notificar aos órgãos competentes nos casos de agressão/maus tratos de idosos, crianças e mulheres. Orientar graduandos em campo de estágio nas unidades durante o plantão. Participar regularmente das atividades de educação permanente. Participar das comissões de ética médica, óbito e prontuário. Registrar os dados dos atendimentos nos sistemas de prontuário eletrônico quando disponíveis nas unidades. Estabilizar e otimizar o quadro clínico para o transporte dos pacientes que necessitem ser transferidos para centros de maior complexidade. Atender as solicitações telefônicas das centrais de regulação das urgências e leitos. Fazer acompanhamento periódico compatível com a complexidade dos pacientes internados na Sala vermelha. Realizar acesso central ou intra-ósseo quando necessário. Prestar esclarecimentos à coordenação médica sobre atendimentos realizados. Fornecer declaração de óbito a pacientes com patologias clínicas sem evidências de causas externas. Fornecer declarações de comparecimento e/ou atestados médicos quando pertinente. Fornecer relatório de alta a pacientes que permaneceram internados por mais de 24 horas. Fazer o encaminhamento de pacientes de baixa complexidade à rede de atendimento ambulatorial quando pertinente. Acatar ao conceito vago-zero quando determinado pela central de regulação das urgências. Portaria GM/MS n.º 2048, de 5 de novembro de 2002 (Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência); Exercer o controle operacional da equipe assistencial; fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão; Atuar segundo as orientações do Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente. Acolher pacientes oriundos de outras unidades de saúde por solicitação da central de regulação das urgências. Obedecer ao Código de Ética Médica e Lei do Exercício profissional pertinente; Ter conhecimento dos protocolos assistenciais vigentes na sua esfera de competência, executando os mesmos, registrando os mesmos em prontuário físico ou eletrônico, justificando toda e qualquer alteração ou impossibilidade de execução dos mesmos; Utilizar todos os equipamentos de proteção individuais disponíveis na assistência aos paciente; Realizar ações de vigilância à saúde que compreendem investigações e levantamentos de informações necessários à programação e à avaliação das medidas de controle a doenças e de situações de agravos à saúde; **(Portaria de Consolidação N.º 1 -** Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; **Portaria de Consolidação N.º 2 -** Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; **Portaria de Consolidação N.º 3 -** Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; **Portaria de Consolidação N.º 5 -** Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de

Função Temporária: Médico Psiquiatra - SAUEF

Descrição: Realizar diagnóstico, avaliação laboratorial e tratamento das urgências e emergências clínicas e cirúrgicas e de saúde mental. Priorizando o atendimento para os casos mais graves definidos pela classificação de risco e valência social. Utilizar as metodologias START e CRAMP para os casos envolvendo múltiplas vítimas acionando de imediato a regulação. Realizar atendimento inicial

ao politraumatizado, estabilizando e preparando para transporte quando indicado. Realizar suturas, drenagem de abscesso, retirada de corpo estranho e debridamento quando necessário. Abordagem do paciente com problemas traumatológico-ortopédicos; Fazer imobilizações, hemostasia por compressão direta, torniquetes e trações quando indicado; investigar fraturas e luxações, lesões capsuloligamentares e epifisárias; infecções e alterações inflamatórias osteoarticulares; tumores ósseos e lesões pseudotumorais. Avaliar urgências ginecológicas e obstétricas acionando a regulação quando necessário. Realizar atendimento a casos de intoxicação exógena com acionamento do CIAVE para orientações. Abordagem a pacientes com distúrbios nutricionais: desidratação aguda por diarreia e vômitos; desnutrição protéico-calórica. Avaliar e tratar pacientes com problemas neurológicos com acionamento do Protocolo AVC (PAVC) para pacientes com início dos sintomas menor que 4,5 horas. Problemas oftalmológicos e otorrinolaringológicos. Avaliar e tratar pacientes com distúrbios respiratórios com manuseio de vias aéreas com utilização de dispositivos básicos (COF, CNF, cateter nasal, Máscara de Venturi, máscara não-reinalante, nebulizadores) dispositivos supraglóticos, intubação oro/nasotraqueal, via aérea cirúrgica, manuseio de pacientes traqueostomizados. Manuseio de ventiladores mecânicos e ventilação não invasiva. Investigação de quadros de dor torácica ou manifestações atípicas de SCA com realização do eletrocardiograma em até 10 minutos e acionamento do protocolo de infarto do município (PIAM) via "Telegram", telemedicina ou outro sistema disponível, instituição do tratamento adjuvante e administração de trombolítico quando indicado ou preparação para angioplastia primária/resgate conforme orientação da regulação assim como as demais afecções de origem cardiovascular. Abordagem das afecções de origem vasculares, gastrointestinais; endocrinológicas, oncológicas, nefro-urológicas, reumatológicas, hematológicas, dermatológicas, imunológicas, infecciosas. Utilização Racional de antibióticos e outros fármacos de acordo com os protocolos existentes; Abordagem e avaliação e tratamento do paciente com sintomas mentais. Registrar as atividades a fim de gerar informações técnicas capazes de subsidiar o planejamento de ações e ao gestor da saúde para a formulação de políticas públicas de saúde; Realizar os atos médicos possíveis e necessários aos níveis de urgência e emergência utilizando

critérios de classificação de risco para priorização dos casos mais graves; Conduzir pacientes em fase final de vida visando o controle de sintomas e evitando o sofrimento, bem como medidas desproporcionais e a obstinação terapêutica. Inserir os dados de regulação no SUREM. Acionar a equipe da central de transplantes em caso de suspeita de morte cerebral. Tripular unidades móveis (ambulâncias) em caso de indisponibilidade de equipes da central de regulação. Notificar os casos indicados nos diversos sistemas de notificação compulsória. Notificar aos órgãos competentes nos casos de agressão/maus tratos de idosos, crianças e mulheres. Orientar graduandos em campo de estágio nas unidades durante o plantão. Participar regularmente das atividades de educação permanente. Participar das comissões de ética médica, óbito e prontuário. Registrar os dados dos atendimentos nos sistemas de prontuário eletrônico quando disponíveis nas unidades. Estabilizar e otimizar o quadro clínico para o transporte dos pacientes que necessitem ser transferidos para centros de maior complexidade. Atender as solicitações telefônicas das centrais de regulação das urgências e leitos. Fazer acompanhamento periódico compatível com a complexidade dos pacientes internados na Sala vermelha. Realizar acesso central ou intra-ósseo quando necessário. Prestar esclarecimentos à coordenação médica sobre atendimentos realizados. Fornecer declaração de óbito a pacientes com patologias clínicas sem evidências de causas externas. Fornecer declarações de comparecimento e/ou atestados médicos quando pertinente. Fornecer relatório de alta a pacientes que permaneceram internados por mais de 24 horas. Fazer o encaminhamento de pacientes de baixa complexidade à rede de atendimento ambulatorial quando indicado. Acatar ao conceito vago-zero quando determinado pela central de regulação das urgências. Portaria GM/MS n.º 2048, de 5 de novembro de 2002 (Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência); Exercer o controle operacional da equipe assistencial; fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão; Atuar segundo as orientações do Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente. Acolher pacientes oriundos de outras unidades de saúde por solicitação da central de regulação das urgências. Obedecer ao Código de Ética Médica e Lei do Exercício profissional pertinente; Ter conhecimento dos protocolos assistenciais vigentes na sua esfera de competência, executando os mesmos, registrando os mesmos em prontuário físico ou eletrônico, justificando toda e qualquer alteração ou impossibilidade de execução dos mesmos; Utilizar todos os equipamentos de proteção individuais disponíveis na assistência aos paciente; Realizar ações de vigilância à saúde que compreendem investigações e levantamentos de informações necessários à programação e à avaliação das medidas de controle a doenças e de situações de agravos à saúde; **(Portaria de Consolidação N.º 1** - Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; **Portaria de Consolidação N.º 2** - Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; **Portaria de Consolidação N.º 3** - Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; **Portaria de Consolidação N.º 5** - Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde).

ANEXO II

TABELA DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA ANÁLISE DE TÍTULOS

Funções: Médico Clínico, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra, Médico Ortopedista.

TÍTULOS	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO
ATUAÇÃO EM SERVIÇOS DE URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA, MEDICINA INTENSIVA OU SAÚDE MENTAL NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS, A CONTAR NA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL		0,005476 PONTO/DIA	10
ATUAÇÃO EM SERVIÇOS PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL OU FIXO NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO), A CONTAR NA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL ANOS		0,005476 PONTO/DIA	10
DIPLOMA DEVIDAMENTE REGISTRADO DE MESTRE EM ÁREA CORRELATA A URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, MEDICINA INTENSIVA OU SAÚDE MENTAL	1	6,0	6,0
RESIDÊNCIA MÉDICA CONCLUÍDA	2	5,0	10,0
ESPECIALISTA (TÍTULO DE AMB)	1	5,0	5,0
RESIDÊNCIA MÉDICA EM ANDAMENTO	1	3,0	3,0
ESPECIALIZAÇÃO EM URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA, MEDICINA INTENSIVA OU SAÚDE MENTAL COM CARGA HORÁRIA MAIOR OU IGUAL A 360 HORAS	1	4,0	4,0
CURSO DE IMERSÃO (BLS, ATLS, ACLS, PALS, FCCS, PHTLS, VENTILAÇÃO MECÂNICA, VIA AÉREA DIFÍCIL, ULTRASSONOGRAFIA A BEIRA DO LEITO)	8	2,0	16,0

TÍTULOS	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO
CURSOS DE INSTRUCTOR (BLS, ATLS, ACLS, PALS, FCCS, PHTLS)	3	3,0	9,0
CURSO DE ATUALIZAÇÃO NA ÁREA DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, MEDICINA INTENSIVA OU SAÚDE MENTAL COM CARGA HORÁRIA MAIOR OU IGUAL A 40 HORAS	3	5,0	15,0
CURSO DE ATUALIZAÇÃO NA ÁREA DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, MEDICINA INTENSIVA OU SAÚDE MENTAL COM CARGA HORÁRIA MAIOR OU IGUAL A 16 HORAS	4	3,0	12,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA			100,0

ANEXO III

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

EVENTOS	DATAS*
Publicação Edital de abertura do Processo Seletivo - REDA n.º 13 /2017.	13/12/2017
Período de Inscrições	15 à 23/12/2017
Análise de Títulos.	26/12/2017 à 03/01/2018
Publicação do Resultado Provisório da Avaliação de Títulos	05/01/2018
Interposição de Recurso a Publicação do Resultado Provisório da Avaliação de Títulos.	08 à 09/01/2018
Publicação do resultado dos recursos da Avaliação de Títulos	12/01/2018
Convocação dos candidatos Negros para Averiguação da autodeclaração da condição de Negro.	15/01/2018
Averiguação da condição de Negro.	18/01/2018
Publicação do Resultado Provisório da Averiguação da Condição de Negro.	23/01/2018
Interposição de Recurso a Publicação do Resultado Provisório da Averiguação da Condição de Negro.	24/01/2018
Publicação do resultado dos Recursos, após Averiguação presencial da autodeclaração de Negro.	26/01/2018
Publicação do Resultado final / Edital de Homologação	26/01/2018

* Datadas prováveis, sujeitas a alterações. As datas acima, constantes do cronograma, poderão sofrer eventuais alterações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito.

ANEXO IV

CONTRATO EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

EDITAL N.º 13/2017

Contrato n.º /2017

O MUNICÍPIO DO SALVADOR, pessoa jurídica de direito público interno, através da Secretaria Municipal de Gestão sediada na Av. Vale dos Barris, 125, C.G.C./M.F. n.º 13927801/0003-00, neste ato representado pelo Exm. Sr. Secretário Municipal de Gestão, _____, **por delegação do Exm. Sr. Prefeito, conforme Decreto de ____/____/2017, publicado no DOM de ____/____/____, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a) contratado _____, filho(a) de _____ e _____, identidade n.º _____ -SSP/____, CPF n.º _____, residente à rua _____ /Salvador/BA, CEP-_____, doravante denominado CONTRATADO, ajustam entre si o presente contrato que se regerá pela Lei Complementar Municipal n.º 02/91, de 15 de março de 1991 e alterações posteriores de acordo com as cláusulas e condições seguintes:**

1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO

- 1.1 O presente contrato tem por objetivo a contratação de profissional para exercer a função de _____, na prestação de serviço temporário de excepcional interesse público, de acordo com o que determina o Inciso VI do Artigo 37 da Lei Complementar n.º 02/91 e alterações posteriores no âmbito da _____.
- 1.2 A remuneração da função indicada no item 1.1 dependerá das horas efetivamente trabalhadas.
- 1.3 A presente contratação se encontra justificada no Art. 37, inciso VI da Lei Complementar n.º. 02/91 e alterações posteriores.
- 1.4 O contratado prestará os serviços discriminados para a função mencionada no item 1.1., de forma diretamente subordinada à _____, que designará os locais que deverão ser atendidos, sendo responsável pela fiscalização da execução do presente contrato.
- 1.5 O contratado assumirá o desempenho de suas funções no prazo de 01 (um) dia útil da assinatura do contrato, conforme Art. 39 da Lei Complementar n.º 02/91.

2 CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

- 2.1. Este contrato terá a vigência de até 02 (dois) anos a partir da assinatura do presente Termo, podendo, a critério da Administração, ser renovado por até igual período.

3 CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES GERAIS

3.1 DO CONTRATADO

- 3.1.1 O CONTRATADO, sob as penas da lei, declara não ser ocupante de cargo em comissão, função ou emprego público federal, estadual ou municipal, ressalvadas as hipóteses previstas no Art. 37, Inciso XVI da Constituição Federal.

- 3.1.2 O CONTRATADO se encontra sujeito aos mesmos deveres e proibições e ao mesmo regime de



responsabilidades vigentes para os demais servidores públicos municipais, nos termos do Art. 39, § 3º da LC nº 02/1991.

3.2 DA CONTRATANTE

3.2.1 A CONTRATANTE se obriga a remunerar o CONTRATADO de acordo com a Tabela Salarial constante no item 2, subitem 2.2 do Edital nº 01/2017 publicado no DOM nº _____ de _____ e em conformidade com o art. 39 da Lei complementar nº 02/91.

3.1.2 A CONTRATANTE não poderá utilizar os serviços do CONTRATADO fora da função ora avençada.

4 CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO

4.1. Cabe à _____ o acompanhamento e avaliação dos serviços prestados pelo contratado.

5 CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

5.1 A rescisão do presente contrato ocorrerá, de acordo com o Art. 40 da Lei Complementar nº. 02/91, a saber:

- 5.1.1 a pedido do contratado;
- 5.1.2 por conveniência da CONTRATANTE;
- 5.1.3 por cometimento de falta disciplinar, apurado em processo sumário, garantida a ampla defesa.

6 CLÁUSULA SEXTA: DAS DESPESAS

6.1. As despesas do presente contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária específica da _____

7 CLÁUSULA SETIMA - DA ASSINATURA DO CONTRATO

7.1. As partes contratantes, após terem tido prévio conhecimento do texto deste instrumento e compreendido o seu sentido e alcance, têm justo e acordado o presente contrato de trabalho, descrito e caracterizado neste instrumento, assinado abaixo e rubricando as folhas deste, que é composto de 04 (quatro) vias, de igual teor, para um só efeito.

8 CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. Fica eleito o foro desta capital para dirimir qualquer dúvida que porventura surja da execução da presente avença.

Salvador, ____ de _____ de 20__.

CONTRATANTE

CONTRATADO (A)

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Coordenadoria Administrativa torna público para conhecimento dos interessados que será realizada COTAÇÃO DE PREÇO Nº. 202/2017, contratação de empresa especializada para realização de procedimento cirúrgico de artroplastia reversa do ombro direito, fornecendo os materiais necessários, de acordo com o relatório médico.

As propostas deverão ser apresentadas até as 10h:00min do dia 18 de dezembro de 2017.

O processo administrativo nº. 16875/2017 referente ao objeto da presente cotação encontra-se no Setor de Suprimentos - SESUP, telefone: (71) 3202-1146 ou 3202-1147 e-mail: sesup.sms3@gmail.com, onde os interessados poderão solicitar maiores informações.

Salvador, 12 de Dezembro de 2017.

STELA GLEIDE OLIVEIRA SANTANA
Coordenadora

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Coordenadoria Administrativa torna público para conhecimento dos interessados que será realizada COTAÇÃO DE PREÇO. Objeto: **registro de preços para aquisição de material de penso.**

COTAÇÃO DE PREÇO Nº 391/2017 - PROC. Nº 18023/2017.

As propostas deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação deste aviso.

Os processos administrativos referentes aos objetos das presentes cotações encontram-se no Setor de Suprimentos - SESUP, telefone: (71) 3202-1147 e-mail: searp.saude@gmail.com, onde os interessados poderão solicitar maiores informações.

Salvador, 11 de dezembro 2017.

STELA GLEIDE OLIVEIRA SANTANA
Coordenadora

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA - SEMPS

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Referência: Dispensa de Chamamento Público - Repasse ao Terceiro Setor - Termo de Colaboração.

Base legal: - Art. 30, inciso VI da Lei Federal nº 13.019/14, Art.33 parágrafo único do decreto 29.129/2017 e Resolução CNAS nº 21 de 24/11/2016.

Organização da Sociedade Civil/Proponente: Associação Bahiana de Equoterapia - ABAE.

CNPJ: 02.370.615/0001-35

Endereço: Avenida Dorival Caymmi, s/n Itapuã.

Objeto da parceria: Serviço de Ação Continuada para Atendimento de 131 Crianças e Adolescentes com Deficiência e suas Famílias em situação de vulnerabilidade social, residentes em Salvador, conforme descrito no Plano de Trabalho.

Valor Total do Repasse: R\$ 414.489,24

Período de Execução: janeiro/2018 a dezembro/2020.

Tipo da Parceria: Termo de Colaboração.

Justificativa pela Dispensa: Os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade abrangem o Atendimento a Crianças e Adolescentes com Deficiência e suas Famílias, tendo por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos;

A Prefeitura Municipal de Salvador, através da gestão municipal da Política de Assistência Social, atualmente situada na SEMPS, que tem na sua estrutura a Diretoria de Proteção Social Especial - DPSE, área de referência para coordenação dos serviços de Proteção Social Especial, Tipificados Nacionalmente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ofertando atendimento a crianças e adolescentes com deficiência e suas famílias em situação de vulnerabilidade social.

Resalte-se que o serviço tem um caráter de ação continuada, e se destaca pela sua proposta de atendimento qualificado, proporcionando a esses usuários autonomia para as atividades da vida diária, reinserção social, reconstrução familiar e comunitária, além de serem encaminhados, orientados e referenciados aos demais serviços Socioassistenciais.

No que se refere a escolha da Associação Bahiana de Equoterapia - ABAE, cumpre destacar que esta possui comprovada experiência na execução desse tipo de serviço, atestada, inclusive, por outras parcerias com esta SEMPS com execução de objeto semelhante, desde 2012.

Diante do exposto, o atendimento em comento não pode sofrer solução de continuidade, sob risco de ocasionar prejuízos irreparáveis aos assistidos, pois nenhum deles contam com outra Proteção. Portanto, considera-se que a OSC preenche os requisitos para a dispensa de que trata a hipótese prevista no Art. 30, inciso VI da Lei 13.019/2014, Art. 33 inciso IV, parágrafo único do Decreto 29.129/2017 bem como, no Art. 3º § 2, inciso II, da Resolução CNAS n.º 21/2016 para formalização de Termo de Colaboração ora pretendido.

Salvador, 04 de dezembro de 2017

ERONILDES VASCONCELOS CARVALHO
Secretaria

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Referência: Dispensa de Chamamento Público - Repasse ao Terceiro Setor - Termo de Colaboração.

Base legal: - Art. 30, inciso VI da Lei Federal nº 13.019/14, Art.33 parágrafo único do decreto 29.129/2017 e Resolução CNAS nº 21 de 24/11/2016.

Organização da Sociedade Civil/Proponente: Associação Bahiana de Reabilitação e Educação - ABRE.

CNPJ: 13.810.502/0001-20

Endereço: Rua Raul Leite, n 93. Vila Laura, Matatu.

Objeto da parceria: Serviço de Ação Continuada para Atendimento de 199 Crianças e Adolescentes com Deficiência e suas Famílias em situação de vulnerabilidade social, residentes em Salvador, conforme descrito no Plano de Trabalho.

Valor Total do Repasse: R\$ 629.643,96

Período de Execução: Janeiro/2018 a dezembro/2020.

Tipo da Parceria: Termo de Colaboração.

Justificativa pela Dispensa: Os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade abrangem o Atendimento a Crianças e Adolescentes com Deficiência e suas Famílias, tendo por